



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME
NECESSÁRIO N. 0039829-54.2011.8.17.0001 (0322771-4)

EMBARGANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ
EMBARGADO : SEVERINA MARIA DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO : JOÃO PAULO GUEDES ACIOLY
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO. DESNECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO SOBRE TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS. REDISCUSSÃO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I - Conforme assente na jurisprudência firmada pelos tribunais pátrios, o órgão jurisdicional, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes.

II - Os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

III - Não se pode, por meio de embargos de declaração, obter modificação ou anulação do julgado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

IV - Rejeição dos embargos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar o recurso de integração, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 27 de MAIO de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



130

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME
NECESSÁRIO N. 0039829-54.2011.8.17.0001 (0322771-4)

EMBARGANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ
EMBARGADO : SEVERINA MARIA DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO : JOÃO PAULO GUEDES ACIOLY
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Estado de Pernambuco contra o Acórdão de fls. 162/170, emergente do recurso de Agravo Legal Na Apelação/Reexame Necessário nº 0322771-4, o qual foi, por unanimidade, desprovido.

O referido acórdão encontra-se assim ementado:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO. TRATAMENTO MÉDICO. TRATAMENTO DIALÍTICO CONTÍNUO. MEDICAMENTO MABTHERA (RITUXIMABE). CIDADÃO HIPOSSUFICIENTE. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE. AGRAVO DESPROVIDO DE FORMA UNÂNIME.

1. Constitui dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência indissociável do direito à vida. O direito subjetivo à saúde está, no ordenamento jurídico pátrio, garantido por meio de norma programática insculpida no art. 196 da Constituição Federal.

2. Observe-se que inexistente violação ao princípio constitucional da separação de poderes quando o Judiciário se envolve em questões de mérito administrativo com a intenção de garantir a observância do princípio da legalidade. Ademais, merece destaque a sua importante missão em realizar a implementação da efetividade das normas constitucionais, não podendo este Poder ficar apático diante da inconstitucional omissão estatal em não conferir concretização aos preceitos constitucionais, de modo que, no caso em tela, é imperiosa a ingerência do Poder Judiciário, para resguardar o direito público subjetivo à saúde previsto na Constituição Cidadã de 1988.

3. Imperioso ressaltar, ainda, que a existência de Centros de Alta Complexidade em Oncologia- CACONS não afasta a legitimidade passiva do

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Estado de Pernambuco para figurar na presente demanda tampouco o dever de fornecer a medicação pleiteada.

4. Mister ressaltar que as eventuais determinações por parte do Poder Judiciário que visam assegurar o direito à saúde não possuem o condão de malferir a chamada "Teoria da Reserva do Possível". É que a implementação dessas medidas destina-se, tão somente, a garantir um mínimo existencial em respeito ao princípio da "dignidade da pessoa humana" (cf. art. 1º, inciso III, da CRFB/88).

5. Ademais, a existência de tratamentos alternativos fornecidos pelo SUS não impede o fornecimento do fármaco pleiteado, conforme se deduz da jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça de Pernambuco.

6. No caso dos autos, a fixação de astreintes tem por escopo unicamente reprimir a resistência do Estado, em caso de eventual descumprimento da decisão hostilizada. Destarte, não merece amparo a alegação do agravante de que o valor das astreintes seja desproporcional, porquanto se deve levar em consideração que a inércia do ente estatal em dar cumprimento ao comando judicial pode resultar em grave lesão à saúde ou mesmo por em risco a vida da Autora/ Agravada.

7. À unanimidade, negado provimento ao recurso de agravo.

2. Em apertada síntese, defende o Estado Embargante, com o especial fim de integração do julgado e de prequestionamento, que o acórdão supramencionado foi omissos quanto à ofensa ao disposto nos arts. 2º, 5º, caput, 37, caput e XXI, e 196 da Constituição Federal e art. 461, §4º, do Código de Ritos.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 27 de Maio de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

190
P

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO/REEXAME
NECESSÁRIO N. 0039829-54.2011.8.17.0001 (0322771-4)

EMBARGANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ
EMBARGADO : SEVERINA MARIA DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO : JOÃO PAULO GUEDES ACIOLY
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER OMISSÃO. DESNECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO SOBRE TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS. REDISCUSSÃO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I - Conforme assente na jurisprudência firmada pelos tribunais pátrios, o órgão jurisdicional, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes.

II - Os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

III - Não se pode, por meio de embargos de declaração, obter modificação ou anulação do julgado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

IV - Rejeição dos embargos.

Vistos e examinados etc.

1. Alegando a suposta existência de omissão no Acórdão de fls. 162/170, adveniente do julgamento do recurso de Agravo Legal na Apelação/Reexame Necessário nº 0322771-4, o Estado de Pernambuco opôs os presentes embargos, objetivando a declaração do julgado.

2. Sem nenhuma razão, contudo.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1911
a

Inexiste qualquer omissão no acórdão embargado, a justificar o pedido de declaração, uma vez que os pontos relevantes da lide foram apreciados pelo *decisum*, ora recorrido.

3. Conforme assente na jurisprudência firmada pelos tribunais pátrios, o órgão jurisdicional, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio¹.

A propósito, sabe-se que:

O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos (v. RJTJESP 115/207).

Acerca do tema, o eg. Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535)" (RTJ 173/29, junho/2000).

Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno expor lição do prof. Mário Guimarães²:

Não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não.

4. Em verdade, a função dos embargos de declaração deve ser, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se assim em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

¹ Nesse sentido, v. STJ, AI 169.073-SP-AgRg, rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 17.08.1998.

² MÁRIO GUIMARÃES, *O juiz e a função jurisdicional*, 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958, p. 350.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

192
W

Em outras palavras, os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

Por essa via, portanto, não se pode obter modificação ou anulação do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a rechaçar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

5. Na espécie, a pretexto da existência de suposta omissão existente no Acórdão de fls. 162/170, os presentes embargos mostram-se interpostos indevidamente, pois estão sendo manuseados com o nítido propósito de rediscutir a lide já apreciada exaustivamente por esta col. Câmara de Direito Público.

6. Posto isso, incorrente qualquer omissão e sabido que os aclaratórios não constituem meio hábil ao reexame da causa, REJEITO OS EMBARGOS, mormente em se sabendo que a questão do desacerto ou injustiça da decisão – só para argumentar – não desafia pedido de sua declaração (recurso de integração), e sim recurso de reforma ou modificação.

É como voto.

Recife, 27 de Maio de 2014.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator